

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

LABORATÓRIO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA - UFU

N.º

1.151

Data

13 10 3 197

O RURAL NO JORNAL:

A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA EM UBERLÂNDIA, MG,
1966 - 1971

HENRIQUE CARVALHO LOBATO

Monografia apresentada à
Coordenação do Curso de
História da Universidade
Federal de Uberlândia, para
obtenção do título de Bacharel
em História.

ORIENTADOR:

Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto

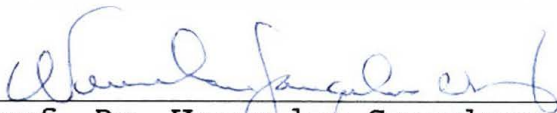
Uberlândia, MG
1996

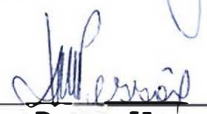
1508 S. 9
(C)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

**O RURAL NO JORNAL: A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA EM
UBERLÂNDIA, MG,
1966 - 1971**

BANCA EXAMINADORA:

 *Nota: Dez*
Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto (Orientador)

 *Nota: Dez*
Profa. Dra. Vera Lúcia Salazar Pessoa

 *voto: Dez.*
Prof. Ms. Edilson José Graciolli

Dedico esta Monografia a meus
pais e irmãos que procuraram
estar comigo sempre que
possível durante
tão longa caminhada.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar ao Pai Celeste, agradeço vos pelos inúmeros benefícios que me concedestes desde o primeiro dia da minha vida.

Em segundo lugar, e de forma especial, ao meu orientador e amigo, Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto, pelo apoio, dedicação e valorosa orientação.

Os professores Edilson José Graciolli e Vera Lúcia Salazar Pessoa, que, apesar dos compromissos, aceitaram gentilmente avaliar esta Monografia.

Ao professor Paulo Roberto Almeida, que quando poderia ser simplesmente professor foi mestre, quando deveria ser mestre foi amigo, e em sua amizade me compreendeu e me incentivou a seguir o meu caminho.

A todos do Departamento de História da Universidade Federal de Uberlândia, em especial à Maria Helena, Neida, Gaspar, Sr. Gilberto e Greco, com os quais sempre pude contar.

Aos amigos, tia Célia e Fogo, tio Nenô e Leslie, tio Benjamin e tia Antônia, tio Tatão e tia Niná, Wagner e Iraná, tio Tote e tia Zonita, Wyller, Diene, Fábio, André, Célia Rocha, Arlinda, Samira e Líssian, que nunca faltaram nos momentos difíceis, e sempre estiveram prontos a me auxiliar e me orientar.

Aos irmãos Joel e Murilo que nunca mediram esforços para me ajudar, sou grato pelo apoio e incentivo.

Agradecimento, enfim, a minha mãe, Dalila Garcia de Carvalho Lobato, que presente ou ausente sempre foi o porto seguro em minha vida.

SUMÁRIO

Introdução	06
1. História e Imprensa	08
2. Fontes para a História da Agricultura	10
3. O Modelo de Modernização da Agricultura Brasileira	12
4. Metodologia da Pesquisa	16
5. Efeitos da Modernização da Agricultura em Uberlândia a Partir dos Jornais	18
6. A Agricultura nos Jornais de Uberlândia, MG	23
7. A Agricultura nas Propagandas dos Jornais	32
8. Considerações Finais	35
Anexo	38
Referências Bibliográficas	51

INTRODUÇÃO

O tema da modernização da agricultura no Brasil tem sido bastante discutido entre os pesquisadores, existindo um certo consenso sobre a importância das décadas de 60 e 70 no aprofundamento da chamada industrialização da agricultura brasileira, através de uma modernização acelerada de sua base técnica, com conseqüências profundas nos níveis econômico, político e social.

Normalmente, trabalha-se com indicadores quantitativos, relativos a esta mudança da base técnica, a incrementos de produtividade e de área plantada, movimentos populacionais, rendimentos, etc. Acrescidos da análise das medidas de política empreendidas pelo governo durante o período, das teorias de transformação (social, econômica, técnica, etc.) e do dimensionamento do peso das conseqüências, formam um conjunto explicativo, largamente difundido, que tem embasado os estudos recentes sobre esta problemática.

Contudo, este privilegiamento do econômico, secundado pelos aspectos sociais e políticos, enriquecido pela análise teórica tem dado mostras de um certo esgotamento, perceptível através do grande número de trabalhos promovendo pequenas variações e, mesmo, pelo não questionamento destes indicadores. Escasseiam os estudos de maior abrangência e multiplicam-se as análises conjunturais e de alcance limitado. Paul Veyne nos chama a atenção para um aspecto da produção historiográfica que merece ser lembrado aqui:

"Toda historiografia depende, por um lado, da problemática que ela se formula, e, por outro, dos documentos de que dispõe. E, se uma historiografia encontra-se bloqueada, isto se deve às vezes à falta de documentos, às vezes a uma problemática esclerosada. Ora, a experiência prova que a esclerose da problemática sobrevem sempre muito mais cedo que o esgotamento dos documentos: mesmo quando a documentação é pobre, há sempre problemas que não pensamos formular"¹.

No campo da agricultura talvez estejamos passando por uma situação semelhante. É preciso, por um lado, repensar os problemas que são colocados como estimuladores da pesquisa e os grandes

¹ **O Inventário das Diferenças:** História e Sociologia, São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 11.

eixos teóricos que direcionam a análise; e, por outro, buscar nova documentação, diferentes indicadores ou, pelo menos, novos ângulos de visão sobre o que existe.

É nesta segunda perspectiva que se coloca o presente trabalho. Seu objetivo é buscar novas fontes, ou novos olhares, para a compreensão da história da agricultura brasileira recente e, no seu interior, do candente processo que foi a modernização desigual do setor processada num determinado período. Pretende-se, portanto, abrir um novo viés, complementar ao econômico, que contribua na formação de uma visada mais rica sobre o rural brasileiro.

1. HISTÓRIA E IMPRENSA

A utilização de jornais na análise histórica é prática largamente conhecida, mas normalmente utilizada por aqueles que trabalham com cultura, mentalidades, discurso, etc². Na área econômica e, particularmente, na agricultura, normalmente o jornal é apenas um recurso complementar. Certas análises sociológicas também o utilizam, mas normalmente de forma ilustrativa, quando não como testemunha de determinadas situações conflituosas.

Nossa observação inicial é de que o trabalho de historiar, de recuperar as relações que os homens estabelecem em determinados períodos, como respostas ao desafio cotidiano da sobrevivência, juntando-as em um corpo explicativo, pode ser enriquecido através da utilização de fontes que descrevam o impacto de medidas governamentais sobre a população, o entrelaçamento de interesses de grupos divergentes de caráter nacional e local, a ênfase assumida em determinadas temáticas pelos veículos de comunicação, a reprodução de discursos de lideranças políticas, a atuação de grupos de interesse, o "esquecimento" de determinados grupos sociais ou de temáticas "inconvenientes", etc.

Estes dados encontram-se, por exemplo, nos jornais. É claro que existem inúmeras outras fontes, igualmente ricas, mas o jornal congrega num único espaço, ainda que de uma forma razoavelmente anárquica, a maior parte destes indicadores. Se bem que todo jornal contenha uma tendência ideológica, os fatos relatados em si não possuem uma unidade organizativa. Como diz Matinas Suzuki Jr.,

"... o jornal é um tipo de vitrine da História evacuada de qualquer teleologia, sem finalidade. O presente é flagrado e fixado como um momento desvinculado do acontecer"³.

Cabe, portanto, ao historiador aplicar a este "ajuntamento" de fatos uma perspectiva teórica, retirando desse caleidoscópio uma certa racionalidade, identificando a "história" de cada

² Conferir, por exemplo, Arnaldo D. Contier, **Imprensa e Ideologia em São Paulo, 1822-1842**: Matizes do Vocabulário Político e Social, Petrópolis Vozes, 1979; Maria Rosa Duarte de Oliveira, **João Goulart na Imprensa: De Personalidade a Personagem**, São Paulo, Annablume, 1993.

³ "A Maquiagem do Mundo". In: **Primeira Página**, São Paulo, Folha de São Paulo, 1985, p. 10.

jornal e as outras diferentes "histórias", na tentativa de construir uma História inclusiva, menos excludente.

É evidente que se deve ter presente o caráter subjetivo e direcionado de boa parte das informações - da mesma forma que no trato de outras fontes. O jornalista não deve ser mais nem menos suspeito que os responsáveis por outros tipos de documentos: todos são submetidos à suspeição do historiador. Os resultados do trabalho histórico dependem tanto da riqueza dos dados como da problematização que lhe é aplicada, de uma ordenação teórica. Como nos lembra Maria Helena R. Capelato⁴, a subjetividade do articulista ou a pretensa neutralidade do jornal não devem levar ao descarte desta fonte, pois são itens que devem ser filtrados a partir da perspectiva do historiador. Nicolau Sevcenko descreve com propriedade esta fonte:

"Nem espelho do real, nem falsificação grosseira. Há muito que aprender sobre o processo pelo qual o jornal não só fala do mundo, mas participa efetivamente da produção da imagem que todos nós compomos da realidade e do cotidiano"⁵.

Historiar é seguir as pistas contidas na documentação iluminado pela teoria, já o vimos. Portanto, cabe buscar estas pistas onde quer que elas estejam, daí o caráter investigatório do trabalho historiográfico, o que o aproxima de uma atividade detetivesca, muitas vezes próxima também da atitude jornalística. Os resultados, contudo, são bem diferenciados pois o jornalismo constrói apenas uma memória coletiva, não estruturada. A compreensão é ampliada com a entrada em cena do historiador. No entanto, como diz Alberto Dines,

"Jornalismo e Historiografia são primos - quando se pratica um deles com proficiência, chega-se, inevitavelmente, ao outro"⁶.

⁴ **Imprensa e História do Brasil**, São Paulo, Contexto/EDUSP, 1988, p. 21.

⁵ "O Rosto do Mundo". In: **Primeira Página**, op. cit. p. 14.

⁶ **O Papel do Jornal**, São Paulo, Summus, 1986, p. 19.

2. FONTES PARA A HISTÓRIA DA AGRICULTURA

O Brasil não apenas é um país grande mas apresenta ainda uma enorme complexidade nas relações que se estabelecem em sua superfície, notadamente marcadas pela disparidade e excludência. Como essas relações não ocorrem de forma isolada, é preciso buscar a explicação principalmente na estrutura econômica, rural e urbana. O agro nacional, objeto deste estudo, jamais apresentou uma característica única. A necessidade de utilização de diversas tipologias que encontramos na análise atual, guardadas as proporções e variações, pode ser estendida também ao passado. É preciso, portanto, sempre que se trabalha com a agricultura notar-se que se trabalha com um setor nuançado, marcado por contrastes profundos, dificilmente açambarcável por uma única explicação teórica. Tamás Szmrecsányi afirma não existir

"... um único setor agropecuário no Brasil, ou uma agricultura brasileira em geral. O que existe são sistemas de produção agropecuária regionalmente diferenciados quanto aos seus graus de capitalização, no que se refere à tecnologia que adotam, e quanto às suas relações com o setor industrial e com o Estado"⁷.

Continuando, o autor identifica como sendo três os "sistemas de produção" presentes na nossa realidade: um, relativamente desenvolvido, localizado no Sudeste e Centro-Sul; outro, tradicional, situado no Nordeste; e um terceiro, de áreas de expansão, compreendendo a região Amazônica e o Centro-Oeste. Apenas esta diferenciação já é suficiente para exemplificar a complexidade a que estamos nos referindo, o que amplifica as dificuldades do pesquisador. Não se trata de estudar uma, mas "várias" agriculturas. Daí a importância de se trabalhar com modelos teóricos que comportem a diversidade e permitam a reconstituição da racionalidade do concreto ao nível da análise.

Esta diversidade detectada está presente no universo delimitado para a nossa pesquisa, a região do Triângulo Mineiro, na segunda metade da década de 60, com enfoque particular para o município de Uberlândia. E na apreensão deste momento e desta temática devemos utilizar diversas fontes e indicadores, desde os conhecidos dados do IBGE, fundamentais para o início e continuidade de qualquer análise, até outras formas ainda intocadas na região, como os registros cartoriais. O objetivo é sempre a compreensão cada vez mais completa da realidade

⁷ Pequena História da Agricultura Brasileira, São Paulo, Contexto, 1990, p. 83.

rural brasileira. O certo é que o problema das fontes sempre se coloca para o aprofundamento deste tema. Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva observam, trabalhando esta questão sob a ótica da história quantitativa, que

"... o limite do historiador é imposto pela documentação que está a seu alcance, assim como o documento é limitado pela história que o gerou. A teoria que o inspira, bem como o método e as técnicas que ele desenvolve, estão intimamente relacionados com a realidade na qual penetra"⁸.

Ora, se os horizontes do historiador são limitados é preciso aproveitar bem esta documentação problematizando-a, mas, principalmente, crivando-a com as indagações pertinentes. E se as fontes forem insuficientes ou se o conhecimento gerado requer novos questionamentos, é preciso buscar documentação complementar que permita um olhar diferente ou uma maior "definição" de imagem da problemática em foco. E aí encontramos o espaço para a utilização da fonte jornalística no trato da agricultura nacional: neste primeiro momento como um aprofundamento da compreensão de um real já razoavelmente descrito através dos indicadores econômicos, mas ainda não totalmente analisado em sua densidade.

Estamos propondo, portanto, a utilização, de forma conjugada, de fontes "numéricas" e "não estruturalmente numéricas"⁹ em um tema de natureza econômica, qual seja, a modernização da agricultura. Dependendo do alcance dos resultados, será possível aquilatar a importância deste veio para a História da Agricultura.

⁸ **História da Agricultura Brasileira: Combates e Controvérsias**, São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 74.

⁹ Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva, op. cit., p. 91.

3. O MODELO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

O modelo de modernização agrícola, adotado a partir da década de 60, concentrou-se em dois pontos: dinamização dos setores improdutivos através de outras políticas que não apenas a alteração dos sistemas de posse e uso da terra; e abertura ao comércio internacional, no contexto de uma estratégia econômica global de inserção crescente nos fluxos da economia internacional. Este modelo associado expressa, assim, a incorporação da economia aos moldes do capitalismo internacional, e uma vez incorporada a esta ordem, todos os setores vinculados à economia deveriam se desenvolver no sentido de possibilitar a acumulação ampliada de capitais. O setor agrícola, que até então manteve-se em grande parte fundado nos antigos padrões de produção, se viu diante da necessidade de reformular seus rumos. O seu papel, que se restringia basicamente em abastecer o mercado interno e exportar timidamente, precisou também ser redimensionado. Para tanto, ao longo das décadas de 60 e 70, o Estado brasileiro esteve criando a infra-estrutura necessária a essa mudança.

A política de modernização criada pelo Estado para o setor consistiu numa das formas de viabilizar o ingresso da agricultura à lógica da acumulação. No entanto, é importante assinalar que este processo modernizador será efetuado não somente sob o ângulo das especificidade agrárias mas, também, de acordo com os interesses de grupos econômicos e dos grandes produtores ligados ao setor. Assim, o processo baseia-se também no interesse de subsectores de máquinas, insumos, implementos, fertilizantes, etc.

Como se vê, não é por acaso que a implementação dessa política que o setor incorporará, principalmente durante as décadas de 60 e 70, tem sido chamada de modernização-conservadora, desigual, “dolorosa”, etc. José Graziano da Silva anota seus principais aspectos:

“do lado da indústria, criava-se um mercado cativo para as máquinas, equipamentos e insumos produzidos. Do lado dos produtores rurais, financiavam-se, a prazo relativamente longos e juros reais negativos, os elementos necessários à transformação na base técnica da produção agropecuária ...”¹⁰

Percebe-se que, para enfrentar a improdutividade e a baixa produtividade, a ação governamental baseou-se na significativa expansão do crédito subsidiado, na elevação dos gastos em extensão rural e no tratamento preferencial ao setor de insumos (máquinas, fertilizantes e herbicidas, etc.), visando a possibilitar sua maior absorção por parte dos produtores rurais. O custo deste processo foi altíssimo e bancado pelo Estado brasileiro através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) criado em 1965, que será o elemento chave na sustentação de toda a política agrícola pelos próximos 15 anos. Apesar do processo de transformação ter continuado nos anos oitenta, há um certo arrefecimento no ritmo, notável principalmente através da diminuição creditícia. O certo é que, comparados os quinquênios anteriores, o período de 1980 e 85 demonstra uma certa “estabilidade” nos diversos indicadores da base técnica, quebrando uma seqüência de ascensão iniciada nos anos sessenta.

É perceptível, portanto, na fase da política autoritária - onde concentra-se nosso período de estudo - que o rural nacional estava atingindo um novo limiar. Este esforço do Estado, com iniciativas seqüentes e que vão se completando através do tempo, acaba demonstrando que o

“... o governo tinha uma política agrícola, uma vez que recorreu a um conjunto amplo de medidas, durante todo o período estudado (1960-1980), procurando superar os obstáculos que se colocavam à transformação da base técnica do setor rural, e que poderiam dificultar os objetivos de aumento da produção e da produtividade, da geração de excedentes exportáveis, da utilização de insumos modernos...”¹¹

¹⁰ José Graziano da Silva, “A Gestão das Políticas na Agricultura Brasileira Moderna”. In: **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**, Campinas, UNICAMP, 1996, p.50.

¹¹ Wenceslau Gonçalves Neto, **Estado e agricultura no Brasil: Política agrícola e Modernização Econômica Brasileira, 1960-1980**, São Paulo, FFLCCH/USP, 1991, p. 332 (Tese Doutorado).

De uma forma geral, acompanhando Tamás Szmrecsányi e Pedro Ramos, podemos identificar nesta história recente três períodos básicos e sucessivos de formulação de políticas para o setor agropecuário brasileiro:

"1930 a 1945, época do primeiro Governo Vargas; 1946 a 1964, época da chamada democracia liberal; e 1965 a 1980, durante a qual prevaleceu o regime autoritário"¹².

É nesta última fase que estamos nos detendo, para indagar do processo de modernização da agricultura em uma dada região, onde os esforços de modernização da economia como um todo, que é o processo maior que está por trás dos governos militares, parecem ter-se adequadamente de forma eficiente, projetando o Triângulo Mineiro como importante pólo industrial, comercial e agroalimentar. Haveria aqui alguma especificidade, ou o processo segue dentro das características gerais de discriminação anotadas para o conjunto do agro nacional? Quais são os fatores que maximizam o alcance das medidas de política? Como agem os grupos de influência e pressão? etc.

Sobre esta última observação caberia acrescentar que, assim como a nível nacional, onde a ação de entidades ou indivíduos direta ou indiretamente ligados ao setor agropecuário, foi importante na composição da política agrícola governamental, determinando privilegiamentos na alocação de verbas para produtos, regiões, ramos industriais, etc, nossa percepção inicial é de que esta prática está presente também na região do Triângulo Mineiro no período estudado, onde, através da leitura dos jornais, identifica-se intensa movimentação de lideranças político-econômicas rurais (e urbanas) junto ao poder central. Percebe-se, nesta movimentação, a atuação do poder econômico, via poder de mercado, de associações empresariais e da ação lobista, na garantia ou expansão de seus interesses. A agricultura brasileira não pode ser analisada ou compreendida sem que se identifique e dimensione o peso dessa ação e suas conseqüências. Geraldo Müller descreve o espaço desse poder lembrando, inclusive, do papel da chamada "elite econômica":

¹² "O Papel das Políticas Governamentais na Modernização da Agricultura Brasileira". *História & Perspectiva*, n. 10, p.60, jan/jun 1994.

"a) a noção de poder econômico parece ser uma categoria mediadora pertinente a uma melhor compreensão de vários processos, como por exemplo, a disponibilidade de incentivos ou bloqueios à inovação tecnológica nos vários segmentos do CAI; a formação de preços das várias cadeias produtivo-comerciais; a elaboração das estratégias empresariais; o estudo das opções político-sociais sobre o papel da agricultura (...), etc. b) a noção de poder econômico integraria o conceito de elite econômica, a fina flor dos interesses corporativos econômicos, que inclui os aspectos sociais, políticos e culturais; tema esquecido por muitíssimos de nós"¹³.

Para que se tenha uma idéia da interligação dos interesses dos jornais estudados com os dos ruralistas, é interessante investigar o tratamento dispensado nas reportagens às lideranças do setor que, na maior parte das vezes, são os principais próceres políticos regionais. Em 1970, por exemplo, é eleito prefeito de Uberlândia o Sr. Virgílio Galassi. Em entrevista, discutindo seus planos, a pergunta do jornalista, muito mais que a resposta - que nada de novo apresenta - indica claramente o poder do agro municipal:

"O ilustre homem público, em quem a cidade deposita a máxima confiança, pelas suas atividades no Sindicato Rural e no extinto INDA, é homem plenamente identificado com o meio rural. Diante disso, a classe ruralista aqui está presente, por nosso intermédio, para saber o que será feito em seu benefício"¹⁴.

Também com relação aos empresários o tratamento não é menos respeitoso. Tratando da CAGIGO, Companhia Agro Industrial de Goiás, pertencente a um grupo econômico de Uberlândia (CARFEPE S.A.), o ufanismo jornalístico assim se expressa:

"As empresas que nascem sob a orientação dos homens de visão de Uberlândia, em pouco tempo alcançam seu objetivo espansional (sic), situando nas mais espetaculares situação (sic) econômica e financeira do Brasil"¹⁵.

Perde-se o vernáculo mas não a ocasião de demonstrar a submissão ao poder econômico, que acaba por fazer de determinados jornais verdadeiros porta-vozes de classe. Na região não foi diferente.

¹³ "O Poder Econômico no Complexo Agroindustrial Brasileiro e Suas Expectativas Políticas". In: **Anais do Seminário Sobre a Agricultura Brasileira nos Anos 90: Desafios e Perspectivas**, Curitiba, UFPR, 1989, p. 84.

¹⁴ "Este é o Homem! Este é o Plano!", *Jornal Tribuna de Minas (TDM)*, 19/11/70, p. 1. Virgílio Galassi foi presidente do Sindicato Rural de Uberlândia; diretor do INDA até sua fusão com o IBRA para a criação do INCRA (1970); prefeito de Uberlândia por três períodos (1972-74, 1978-82 e 1988-92); deputado federal (1986). Atualmente é prefeito de Uberlândia no período (1997-2000).

¹⁵ "CAGIGO Cresce e Produz Divisas", *TDM*, 06/10/70, p. 4.

4. METODOLOGIA DA PESQUISA.

Trabalhamos com dois jornais de Uberlândia, MG, "Correio de Uberlândia" e "Tribuna de Minas", buscando recuperar uma parte complementar deste processo de modernização na região a partir das publicações - artigos, reportagens, editoriais, propaganda, etc - que aparecem na imprensa, procurando compreender como as principais medidas de política governamental que estão sendo implementadas repercutem no agro local e como os jornais noticiam, criticam ou direcionam o processo. O horizonte do estudo seria 1985, cobrindo todo o período militar, mas em razão do alto número de publicações, foram compulsados apenas os dados de 1966 a 1971.

O primeiro tratamento dado é quantitativo tentando identificar o "peso" que o setor agrário possui nos jornais e, conseqüentemente, na sociedade uberlandense: número de publicações, tipos de publicações, páginas onde são colocadas, áreas privilegiadas, principais produtos, espaço utilizado.

A seguir, numa análise qualitativa, pretende-se mapear, também, "temas" de interesse para a compreensão do processo de modernização e que ocupam manchetes, causam polêmicas, etc: presença, destaque e significado do capital estrangeiro; adoção de modernas tecnologias e seu impacto junto à população, como a generalização do uso do leite pasteurizado na cidade de Uberlândia, por exemplo; ação do poder econômico-político junto às administrações municipais, estaduais e federais, envolvendo o prestígio de lideranças locais na abertura de novas estradas, busca de créditos e de agências de assistência técnica e extensão rural, etc; conjunção da modernização com o conhecimento científico, perceptível através da presença nos jornais de diversos artigos assinados por técnicos sobre a atividade rural e, também, pela luta na abertura do Colégio Técnico Agrícola de Uberlândia; quase ausência de temas "inconvenientes" em termos políticos, como a reforma agrária; destaque amplo de campanhas governamentais visando aumento de produtividade, utilização de insumos modernos; etc.

Como se vê, o alto número de "temas" sobre a modernização da agricultura que aparece nos jornais pesquisados, nos torna impossibilitados nesse trabalho monográfico de analisarmos a todos. Por essa razão, é que faremos uma análise pormenorizada dos "temas" que

mais aparecem nos jornais e que possibilitam uma maior compreensão do processo de modernização.

Em seguida, procuraremos apresentar uma visão global dos dados já colhidos, que permite identificar temas, produtos, períodos, etc, importantes para a compreensão da História da Agricultura da região.

5. OS EFEITOS DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA EM UBERLÂNDIA A PARTIR DOS JORNAIS.

Muito embora a região do Triângulo Mineiro, no período em questão, ainda não dispusesse de um amplo complexo agro-industrial, pois a “industrialização da agricultura” brasileira é relativamente recente (pós 1965, se quisermos datá-la) - um número restrito de produtores rurais já utilizava insumos da mais alta tecnologia. Por um lado, isso foi possível graças à instalação crescente de lojas e representantes do comércio de produtos agrícolas como mostra a propaganda 5, em anexo; por outro lado, devido aos incentivos governamentais, ou seja, graças aos recursos financeiros destinados à proteção e ao desenvolvimento da agricultura como demonstram também as propagandas 1,2,3,4 em anexo. Isso mostra, portanto, que as elites agrárias desejavam uma política de industrialização que modernizasse a base técnica da agricultura, mesmo porque os grandes proprietários sentiam-se crescentemente ameaçados pelas propostas de reforma agrária que ganhavam cada vez mais força no final dos anos 50 e início dos anos 60.¹⁶

Desta forma, o programa de mecanização no Triângulo Mineiro deu um novo passo, tornando muito freqüente, nos anos pesquisados nos jornais, as publicações referentes a comercialização de tratores, implementos, adubos, inseticidas e herbicidas. Assim, passou a fazer parte do cenário agrícola Triangulino, nomes como: Crosara Implementos Agrícolas, Cotril, Agromac, Triângulo Goiás Tratores, etc. Porém, cabe lembrar mais uma vez, que a pujança deste tipo de comércio neste período está relacionada com a política de incentivos do governo, como pode ser visualizado nos textos das propagandas em anexo 1, 2, 3 e 4. No texto da propaganda 2 lê-se:

“...Dirija-se a qualquer agência do Banco do Brasil, ou a qualquer banco particular. Use seu crédito a juros baixos para aquisição de adubos, sementes selecionadas, corretivos de solo, máquinas e implementos de toda espécie...”

A partir daí, percebe-se que, sustentada pela política creditícia, a estratégia de modernização tornava-se virtualmente sinônimo da industrialização do processo de produção rural,

¹⁶ Cabe enfatizar, porém, o fato de que temas como Reforma Agrária quase não apareciam nas reportagens dos jornais da região.

através da mecanização e maior uso de fertilizantes e biocidas. Se, por um lado, este processo tinha como objetivo aumentar a produtividade a ponto de não se falar em necessidade de alterar a estrutura de propriedades da terra; por outro, representava na verdade a subordinação da natureza ao capital que, gradativamente, liberava o processo de produção agropecuário das condições naturais dadas, passando a fabricá-las sempre que se fizessem necessárias. Assim, se faltava chuva, irrigava-se; se não houvesse solos suficientemente férteis, adubava-se; se ocorressem pragas e doenças, respondia-se com defensivos químicos ou biológicos; e se houvesse ameaças de inundações, estariam previstas formas de drenagens.

Dentro desse quadro, porém, um exame das indústrias componentes de dispositivos revelará uma particularidade a destacar: a forte participação que nele teve o capital estrangeiro. Isso se pode verificar através das publicações dos jornais, onde aparecem algumas subsidiárias de empresas multinacionais como as empresas: Philips Duphar S. A., Produtora de defensivos e que mantém vínculo ou controle acionário com a Phillips Petroleum Co., E. U. A (propaganda 6 em anexo); Valmet do Brasil S. A., Produtora de tratores e que mantém vínculo ou controle acionário com a Valmet OY, Finlândia (as suas propagandas vêm sempre acompanhadas de frases que demonstram os incentivos governamentais como: “até 100% financiado em 4 anos pelo B. B.”); Massey - Ferguson do Brasil S. A., Produtora de tratores e que mantém vínculos com a Massey - Ferguson Industries, Canadá; Sementes Agrocere S. A., Produtora de sementes e que mantém vínculo com o Grupo Rockefeller, E. U. A; Companhia Comércio e Indústria Iretama S. A., Produtora de adubos e defensivos e que mantém vínculo com a Esso Chemicals, E. U. A, entre outras. Esta última traz em sua propaganda que:

“A agricultura foi e continua sendo um grande centro de extensão econômica de uma determinada nação. No nosso caso, o Brasil sendo uma imensa nação agrícola proporciona ao laborioso homem do campo uma riquíssima oportunidade de elevar a um ponto X a sadia produção agrícola brasileira. Sérias dificuldades enfrentaram nossos esforçados agricultores em épocas de nossos antepassados, mas hoje em dia, em nossa era moderna, inúmeras outras dificuldades vão surgindo, complicando ainda mais as dificuldades que recaem sobre os agricultores, oferecendo-lhes, forçadamente prolongada aura de desespero e falta de confiança. Para atender os casos que surgem no extenso setor agrícola, a Esso Chemicals lançará no mercado brasileiro, moderníssimos produtos que podem ser aplicados neste sentido, tratando-se de fertilizantes, inseticidas, fungicidas e vários outros produtos de utilização obrigatória, em referência às causas e

dificuldades, na lavoura. Tais produtos trarão para o território brasileiro os frutos de minuciosas e prolongadas experiências da Companhia de Comércio e Indústria Iretama S. A. Subsidiária da Esso em vários países da América, Europa, Ásia e África”.¹⁷

Isso não deixa dúvidas de que o processo de modernização da agricultura abriu caminho para instalação no país - e em algumas regiões como o Triângulo Mineiro -, de vários setores industriais importantes como as indústrias supridoras, ou seja, situadas a montante da agricultura e que geralmente se encontram concentradas em São Paulo, como as fábricas de tratores e máquinas agrícolas de grande porte, as fábricas de fertilizantes químicos e de defensivos agrícolas, as empresas produtoras de sementes selecionadas etc., E as indústrias de transformação situadas a jusante da agricultura, como as fábricas de produtos agrícolas que se encontram espalhadas pelo país nas regiões ditas privilegiadas, como as indústrias de abate de animais (por exemplo: o Frigorífico Caiapó S. A. ; Frigorífico Omega S. A. ; Frigorífico Ituiutaba, do grupo CARFEPE), as indústrias de couro e peles (por exemplo: Curtume Tamoio S. A.), as indústrias de beneficiamento e moagem de café, trigo, milho, arroz e outros (por exemplo: Moinho Sete Irmãos, do grupo CARFEPE, Cerealista Tupaciguara, Refinaria de Milho Ituiutaba S. A. entre outros), as indústrias de fabricação e refinação de açúcar (por exemplo: Companhia Açucareira Araporã S. A.) as indústrias de leite e laticínios (CALU, Cooperativa Agropecuária de Leite de Uberlândia), todas elas situadas na região do Triângulo Mineiro.

Centrando o enfoque na constituição do complexo agroindustrial e nos novos papéis do Estado no padrão agrícola pós 60, Bernardo Sorj observa que:

“... Agora a dinâmica da agricultura estará determinada pelo padrão de acumulação industrial, centrado no desenvolvimento dos complexos agroindustriais e a ação do Estado nesse contexto orienta-se para a modernização da agricultura, visando a integrá-la ao novo circuito produtivo liberado pela indústria de insumos e processamento de matéria prima e gerando as condições infra-estruturais necessárias à expansão do conjunto do setor”.¹⁸

Cabe lembrar, no entanto, que a agricultura como um todo, ao colocar-se entre as indústrias supridoras e processadoras, tende a tornar-se cada vez mais dependente de ambas. De um lado, os agricultores são levados a usar os insumos e processos agropecuários que nem sempre são

¹⁷ “Esso Moderniza a Agricultura”, TDM, 01/06/67, p. 1.

¹⁸ SORJ, Bernardo. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira**. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

os mais indicados para seu nível de recurso e para suas condições sócio-econômicas, tendo em vista que o crédito rural subsidiado beneficiou de maneira bastante desproporcional os grandes proprietários, o que, como já havíamos dito, constituiu-se numa das faces mais visíveis da estratégia de modernização conservadora. Frequentemente, tentados por uma propaganda que lhes promete melhorias milagrosas na produtividade - como as do governo que se encontram em anexo -, aumentam desnecessariamente seus custos de produção e o valor de suas dívidas. Sem falar que suas opções tecnológicas ficam limitadas aos tipos e marcas oferecidas no mercado. De outro lado, as pressões dos compradores e processadores podem levar os agricultores à perda completa de sua capacidade de decisão, submetendo-os às condições que lhes são impostas, como pode ser visualizado através das reportagens referentes à pasteurização do leite na cidade de Uberlândia, nas quais encontramos:

“Será apreendido todo leite cru destinado ao comércio, em face da proibição legal da venda de leite não pasteurizado. Já foi devidamente esclarecido aos interessados de que não serão obrigados a ingressar na cooperativa local, que é a única no momento em condições de pasteurizar leite, podendo qualquer um organizar outra cooperativa, ou usina pequena ou grande, onde o leite seja devidamente pasteurizado”.¹⁹

“Por decisão judiciária a CALU ganha o direito de ser a única distribuidora legal de leite em Uberlândia”.²⁰

Confirmando o que havíamos dito, observa-se que esta cooperativa, que se mantém até hoje, foi no ano de 1969 uma das responsáveis pelo veto municipal de distribuição do leite **In natura** na cidade. A lei, que resultou da negociação entre a CALU e a Prefeitura, concedeu monopólio de distribuição de leite a esta Cooperativa obrigando, por conta disso, o pequeno produtor a vender seu produto somente via Cooperativa. Assim, na mesma medida em que identificamos uma postura intervencionista do governo municipal em prol da política modernizadora da agricultura, encontramos, também, uma significativa perda progressiva por parte do pequeno produtor de sua autonomia e de sua capacidade de decisão. Agora tornar-se-á possível apreciar as várias faces de um fenômeno que corresponde a um passo à frente inevitável, no curso

¹⁹ “Será Apreendido Todo Leite Cru Destinado ao Comércio”, CDU, 20/04/69, p. 2.

²⁰ “Leite em Uberlândia Só do Pasteurizado”, CDU, 24/04/69, p. 1.

do crescimento agrícola, mas que lhe haverá de trazer uma nova ordem de problemas. Ao aumentar sua dependência, de um lado em relação ao forte grupo de indústrias fornecedoras de insumos básicos, e de outro lado, em relação às grandes indústrias transformadoras e compradoras da maior parte de produtos agrícolas, a agricultura irá aumentar sua produtividade, mas irá também aumentar seus custos, sem poder muitas vezes compensá-los com uma equivalente lucratividade. Como pode ser visualizado através das propagandas em anexo, onde além de mostrar o aumento de produtividade na região do Triângulo Mineiro, como a propaganda 8, apresenta também, investimentos em itens da imobilização a longo prazo de recursos, tais como a eletrificação rural, o armazenamento, a estocagem e os destinados à proteção do solo que, por sua vez, elevarão as despesas dos produtores, mesmo que tais investimentos tenham ficado sob responsabilidade quase exclusiva do Estado, constituindo-se numa característica do caso brasileiro no período aqui estudado.

Contudo, esse momento pode ser considerado como a ruptura do antigo estilo de desenvolvimento e a implantação de um novo padrão agrícola, resultado da conjugação de alguns fatores fundamentais: a consolidação integrada com o complexo agro-industrial e as mudanças na base técnica de produção agrícola, o crescimento e diversificação das exportações e, finalmente, a organização do SNCR e a política de crédito rural como principal veículo do projeto modernizador para a agricultura.

6. A AGRICULTURA NOS JORNAIS DE UBERLÂNDIA, MG.

Os números indicados abaixo trazem informações interessantes a respeito do processo de modernização rural. As séries ainda não estão completas e as categorias definidas poderão sofrer alterações. Contudo, certas permanências vão se delineando ao lado de "espasmos" quantitativos, que nos permitem aquilatar o poder de determinadas culturas, áreas, temas, etc., bem como o momento de irrupção de outros na cena jornalística.

Tabela 1. Relação de Áreas do Setor Rural Identificadas nos Jornais Tribuna de Minas e Correio de Uberlândia, 1966-1971.

ÁREAS	ANOS						TOTAL
	1966	1967	1968	1969	1970	1971	
Agricultura	157	166	518	190	340	482	1.853
Modernização	149	118	252	144	209	393	1.265
Comérc.Prod.Rurais	203	65	368	144	58	150	988
Agropecuária	95	141	176	132	98	142	784
Pecuária	np	np	np	np	246	318	564
Agroindústria	06	34	16	76	221	165	518
Silvicultura	np	np	np	np	10	85	95
Educação	np	np	np	np	31	47	78
Assistência Técnica	07	20	05	09	07	24	72
Armazenamento	np	np	np	np	22	37	59
Financiamento Rural	04	02	01	01	11	39	58
Horticultura	01	05	02	-	13	13	34
Piscicultura	-	-	02	-	07	23	32
Eletrificação	np	np	np	np	11	20	31
Avicultura	np	np	np	np	19	06	25
Suinocultura	-	-	01	-	08	02	11
Fruticultura	np	np	np	np	-	08	08
TOTAL	622	551	1.341	696	1.311	1.954	6.475

np = Não pesquisado ou não significativo.

Pela Tabela 1 podemos ver, por exemplo, que apesar das variações, temas tradicionais como agricultura e agropecuária se destacam bastante, sendo que a primeira deixa de liderar apenas em 1966, quando perde para comercialização de produtos rurais. No entanto, o que mais chama a atenção é a projeção que tomam algumas áreas, em determinados momentos. Assim, modernização e pecuária se afirmam em 1971, agroindústria se destaca nos dois últimos anos, silvicultura surge forte e financiamento rural começa a firmar-se como tema usual ao final da série.

De qualquer forma, pelos dados já se percebe o crescimento de áreas "novas" no agro regional, desvinculando-se das tradicionais agricultura e pecuária ou da mista agropecuária. Temas especificamente ligados ao processo modernizador, como agroindústria, assistência técnica, modernização, armazenamento, eletrificação, etc começam a ganhar destaque e se tornam freqüentes nas publicações. Dois outros fatos chamam a atenção: a queda de importância da comercialização de produtos rurais, talvez significando um patamar mais avançado do processo, onde a parte técnica não se sustenta sozinha, necessitando da incorporação de novas alternativas; e o surgimento de um tema não especificamente rural que é a educação, ligado à Escola Agrotécnica de Uberlândia e a um grande número de cursos oferecidos para o homem do campo, principalmente pelo sistema ACAR/EMATER.

Sobre este item, contudo, duas reportagens merecem atenção. Uma, a respeito do ensino rural, no ano de 1970, demonstra preocupação não apenas com o tema mas com a melhoria da qualidade educacional, assunto que não pode ser descuidado no desenvolvimento do processo de modernização. A Secretaria Municipal de Ação Social de Uberlândia se anima com o inusitado de uma situação detectada que poderia causar espanto até a nível nacional, quando

"... diz acreditar que os oitenta alunos matriculados no quarto ano primário, na zona rural, possam concluir o ano letivo sem nenhuma reprovação, o que significará um progresso para o município".²¹

A outra, também inusitada, refere-se à concessão de bolsas de estudo no curso de Odontologia, mantido por uma autarquia uberlandense, a alunos que se disponham a prestar serviços no meio rural após a formatura:

"O agraciado obrigará-se-á, mediante contrato, que lhe dará direito ao curso todo, a dar assistência odontológica aos moradores da zona rural pelo menos dois anos após a sua diplomação profissional".²²

Ambas as passagens demonstram que a preocupação com a modernização na região não se limitava a aspectos técnicos, mas haviam pressões e preocupações pela entronização de mudanças também nas formas de pensar e numa assistência mais qualificada ao homem do campo.

²¹ "Aproveitamento Total na Zona Rural", TDM, 07/11/70, p. 02. Nesta e nas citações seguintes trabalharemos apenas com publicações dos dois últimos anos da série pesquisada, por razões de espaço e por considerarmos suficientes para os objetivos do presente estudo.

²² "Para Ganhar Bolsa Precisa Prestar Serviço", TDM, 20/06/70, p. 1.

Este surgimento de produtos "novos" pode ser melhor visualizado através da Tabela

2. Nela podemos perceber como o arroz, por exemplo, cultura mais típica de região de fronteira, à medida que o processo avança vai perdendo fôlego, apesar de permanecer como a mais importante. Percebe-se, também, conforme já observado acima, a perda de ritmo do segmento de implementos e tratores. Entram em cena produtos mais diretamente ligados à diversificação, como floresta, soja, algodão e café, além de fertilizantes, defensivos e do comércio de terras que começa a se tornar significativo.

Tabela 2. Relação de Produtos Relativos ao Setor Rural Identificados nos Jornais Tribuna de Minas e Correio de Uberlândia, 1966-1971.

PRODUTOS	ANOS						TOTAL
	1966	1967	1968	1969	1970	1971	
Implementos	149	08	204	162	19	78	620
Gado	28	39	130	99	213	118	627
Arroz	04	23	246	25	126	56	480
Trator	64	37	160	58	31	12	362
Milho	12	10	202	15	36	35	310
Leite	42	63	10	32	42	99	288
Feijão	04	09	195	13	15	24	260
Fertilizante	03	12	21	53	23	103	215
Café	01	01	47	-	24	37	110
Floresta	np	np	np	np	07	77	84
Carne	np	np	np	np	20	56	76
Ensino	np	np	np	np	32	43	75
Defensivo	np	np	np	np	16	52	68
Hortifruti	05	10	01	04	09	10	39
Silo/Armazém	np	np	np	np	20	18	38
Soja	04	02	03	02	06	20	37
Suíno	03	04	06	-	13	10	36
Vacina	np	np	np	np	02	33	35
Eleticidade	np	np	np	np	11	19	30
Terra	np	np	np	np	-	30	30
Peixe	-	-	01	01	06	21	29
Frango	np	np	np	np	20	08	28
Cana-de-Açúcar	04	-	-	-	06	16	26
Trigo	np	np	np	np	09	15	24
Algodão	np	np	np	np	-	19	19
Banana	np	np	np	np	02	12	14
Outros	01	01	-	-	09	18	29
Sem Identificação	134	115	128	75	272	418	1.142
TOTAL	458	334	1.354	539	989	1.457	5.131

np = Não pesquisado ou não significativo.

Nesta tabela é interessante, também, fazer-se um corte anual para alguns detalhes. 1968, além de ser um ano onde o setor rural conta com amplo destaque na imprensa, também chama a atenção pelo grande espaço ocupado por produtos de mercado interno, como feijão, arroz e milho, o que não se repete nos demais. E 1971 é um ano de arrancada em termos de projeção nos jornais, com um crescimento da ordem de 50% em relação a 1970, só comparável a 1968.

O destaque que certos produtos vão tomando normalmente está acoplado a estímulos externos, como incentivos fiscais e creditícios. Algodão e reflorestamento, por exemplo, passam a ocupar diversas reportagens onde se descreve a ação de grupos estrangeiros mas, principalmente, de órgãos governamentais, como CAMIG (Companhia Agrícola de Minas Gerais), BDMG (Bando de Desenvolvimento de Minas Gerais), BEMGE (Bando do Estado de Minas Gerais), etc estimulando a adoção destes produtos²³. Já a soja, além de ir se firmando com destaque, tem sua importância industrial identificada:

"O cultivo da soja está se alastrando em todo T. M. (Triângulo Mineiro) e importará no surgimento de novas indústrias, aproveitando assim, no futuro, a abundância da matéria prima. Nesse sentido já estão sendo mobilizados recursos para instalação nas áreas de maior produção, de indústrias de transformação, visando assegurar ao produtor mercado mais acessível. Os órgãos de agricultura no Estado fornecerão os recursos básicos para o cultivo da soja, com assistência técnica e científica".²⁴

²³ Conferir, por exemplo, as seguintes reportagens do Jornal Correio de Uberlândia (CDU): "BDMG Concede Empréstimo Para Ajudar Triângulo", 26/09/71, p. 1; "Algodão Lidera Plantio Nesta Zona Triangulina", 28/09/71, p. 1; "Banco Incrementa Cultura do Algodão", 01/10/71, p. 1; "Grupo Japonês Atuará em Minas", 18/11/71, p. 3. Reflorestamento aparece de forma complementar na primeira e na última reportagem.

²⁴ "Mais Soja no Triângulo", TDM, 24/08/71. Cf. também "Araguari Promove Agropecuária: Bovinos e Soja", TDM, 14/10/71, p. 6.

Tabela 3. Relação dos Tipos de Publicação Sobre o Setor Rural Identificados nos Jornais Tribuna de Minas e Correio de Uberlândia, 1966-1971.

PUBLICAÇÕES	ANOS						TOTAL
	1966	1967	1968	1969	1970	1971	
Reportagem	134	120	243	153	433	808	1.891
Propaganda	199	110	465	203	316	253	1.546
Editais	28	11	17	16	84	71	227
Artigo Assinado	07	21	-	-	28	40	96
Editorial	16	29	03	-	02	08	58
Entrevista	01	-	-	-	02	01	04
Outros	21	06	14	11	07	02	61
TOTAL	406	297	742	383	872	1.183	3.883

Pela Tabela 3 podemos melhor aquilatar o destaque do campo, através do crescimento do segmento reportagem sobre o setor rural no interior dos jornais. Em 1971 há uma verdadeira "explosão" de reportagens, com um salto de cerca de 90% em relação ao ano anterior. Mas, mais importante que a quantidade é o conteúdo das mesmas. Tratam, é claro, do movimento de transformação do agro regional, mas não perdem de vista a dimensão nacional, acompanhando os pronunciamentos de ministros, do presidente e identificando os pontos-chave da política agrícola brasileira, como pode ser depreendido da citação de uma fala de Delfim Netto onde vemos indicada uma síntese de todas as medidas empreendidas pelo governo até então:

"Foi dentro dessa concepção que o governo libertou o crédito agrícola dos limites do orçamento monetário, decidindo financiar tudo o que for plantado; que se generalizou a aplicação dos preços mínimos (dentro dos limites permitidos pelo mercado externo); que se concederam todos os incentivos à utilização de fertilizantes, inseticidas e corretivos (a taxa de juros subsidiadas); que se eliminou toda a tributação sobre tratores e implementos agrícolas, e que finalmente, se formulou uma lei de imposto de renda que estimula de maneira substancial os investimentos".²⁵

Ou a opinião do Ministro da Agricultura, Cirne Lima, discutindo os principais problemas do setor, considerando que é nas cidades que estão explodindo as transformações processadas na agricultura:

"O principal fato social gerado pela mecanização e utilização da moderna tecnologia nas lavouras, é a liberação crescente de mão-de-obra".²⁶

²⁵ "Desenvolvimento Agrícola Vai Integrar População Brasileira", CDU, 15/01/70, p. 4. A reportagem também chama a atenção para a integração agricultura/indústria.

²⁶ "Batalha da Terra Está nas Cidades", CDU, 21/09/71, p. 2.

Outra modalidade de publicação que chama a atenção é a de artigos assinados, principalmente por técnicos ligados ao setor rural, entre os quais se destacam os agrônomos do escritório da ACAR em Uberlândia, que se debruçam sobre temas variados, como soja, milho, produtividade e correção dos solos de cerrado, preços mínimos, abastecimento, etc. Entre 1970 e 1971 estas opiniões abalizadas funcionam como verdadeiros legitimadores do processo de modernização da agropecuária, promovendo novas técnicas, novas culturas, discutindo preços, comercialização, etc, tentando promover, enfim, uma verdadeira mudança cultural. A ciência se coloca a serviço do progresso.²⁷

Tabela 4. Espaço Ocupado (cm²) Pelas Publicações Sobre o Setor Rural nos Jornais Tribuna de Minas e Correio de Uberlândia, 1966-1971.

PUBLICAÇÕES	ANOS						TOTAL
	1966	1967	1968	1969	1970	1971	
Reportagem	36.111	33.741	65.377	29.804	72.203	149.831	387.067
Propaganda	44.758	17.531	79.948	45.055	60.049	81.413	328.754
Editais	10.256	1.900	2.525	5.623	19.616	14.766	54.686
Artigo Assinado	2.133	5.784	-	-	11.669	15.144	34.730
Editorial	8.069	5.381	3.078	-	677	2.523	19.728
Entrevista	153	-	-	-	1.221	459	1.833
Outros	5.181	2.803	8.616	3.803	1.738	3.300	25.441
TOTAL	106.661	67.140	159.544	84.285	167.173	267.436	852.239

A Tabela 4 nos remete à dimensão espacial das publicações sobre o setor rural nos jornais, transmutando em centímetros quadrados o que vínhamos falando. É interessante notar-se que há um certo equilíbrio entre propaganda e reportagem, mais nítido até 1970, quase a demonstrar que se dedica espaço a um tema de acordo com o que se vende com o mesmo. Para se ter uma idéia, se somarmos reportagem com entrevista e propaganda com editais (que é também espaço pago), desprezando editorial e artigo que expressam opiniões pessoais ou institucionais, teremos totais bastante próximos, reforçando o que observamos acima: os jornais destinam ao setor agrário um espaço semelhante ao que lhe vende.

Isto demonstra que os jornais participam da campanha de modernização não apenas por espírito progressista, mas também e antes de tudo por razões econômicas. É claro que não

²⁷ Cf., por exemplo, João de Castro Neto, "Calagem e Produtividade", CDU, 21/08/70, p. 7; João Benko Neto, "Milho com Técnica Produz Mais", CDU, 16/10/70, p. 5; Mario Ramos Vilela, "Problemas de Abastecimento Urbano", TDM, 17/10/70, p. 4; e João Benko Neto, "Porque a Soja", CDU, 20/08/71, p. 5.

estamos nos esquecendo que estes jornais, por sua vez, podem estar ligados a interesses do setor, seja por razões de proximidade política ou pela simples determinação dos proprietários. De qualquer forma, um espaço significativo é ocupado com reportagens, propagandas, artigos, etc de interesse para o setor rural.

Ainda com relação às propagandas, é importante observar o conteúdo das mesmas, já que seus textos ou imagens vêm carregados de uma mensagem modernizante e, às vezes, ufanista, onde o papel da ciência, do lucro, da pátria, etc são sobrelevados, principalmente nos anúncios do governo federal, apesar de estarem refletidos também nas propagandas locais. Merece destaque, entre outras, uma matéria que traz uma grande foto de um trator trabalhando a terra e acompanhado de uma conclamação onde se combinam técnica, lucro e sensualidade:

"Você pode exigir tudo da terra. Mas dê algo em troca, além de amor. Dê fertilizantes. Corretivo de solo. Use sementes e mudas selecionadas. Inseticidas. O Governo oferece crédito fácil, com juros reduzidos, para você adquirir tudo isto. (...) Acaricie a sua terra com um trator. (...) O Governo está convocando os agricultores a ganharem mais dinheiro. (...) Existe o mercado externo, que o Brasil quer inundar, colocando os seus produtos. (...) Plante".²⁸

Tabela 5. Relação de Páginas com Publicações Sobre o Setor Rural nos Jornais Tribuna de Minas e Correio de Uberlândia, 1966-1971.

PÁGINAS	ANOS						TOTAL
	1966	1967	1968	1969	1970	1971	
01	94	32	163	99	224	344	956
02	18	13	127	105	145	81	489
03	73	63	93	46	97	138	510
04	78	12	75	31	80	137	413
05	73	46	65	29	58	137	408
06	34	19	106	41	109	178	487
07	14	46	17	12	74	64	227
08	15	16	90	11	56	92	280
09	03	47	-	02	04	02	58
10	-	-	02	03	05	05	15
11	02	02	01	01	02	01	09
12	-	-	02	01	02	03	08
Outras	02	01	01	02	16	01	23
TOTAL	406	297	742	383	872	1.183	3.883

²⁸ "Alimente Quem Lhe Dá Alimentos", CDU, 26/07/70, p. 7. Existem diversas outras propagandas interessantes sobre formicida, assistência técnica a tratores, campanha contra a febre aftosa, etc.

Além de dimensionar o tipo de publicação presente na "explosão" do setor agrário nos jornais de Uberlândia em 1971 (reportagens) e o espaço fisicamente ocupado no seu interior, poderemos visualizar agora, com a Tabela 5, as páginas dos jornais onde estão situadas as reportagens. E é exatamente na primeira e mais nobre página da imprensa que se localiza a maior parte das publicações, totalizando cerca de um quarto das mesmas e quase o dobro daquelas incluídas na página 2. É interessante notar, inclusive, que a primeira página só perde a liderança em um único ano, 1969, e por pequena margem.

A significância do setor permanece até as páginas 6 e 8. Isto se justifica porque, neste período, um dos jornais (Tribuna de Minas) tem normalmente 6 e o outro (Correio de Uberlândia) 8 páginas, sendo as demais relativas a edições e cadernos especiais, encartes, etc. De qualquer forma, após o destaque da primeira página, as demais apresentam um certo equilíbrio na distribuição das publicações sobre o agro regional.

A primeira página é fundamental em qualquer jornal para a "sedução" do leitor, para que este identifique nas folhas impressas suas indagações, aspirações ou mesmo cólera. Daí que, apesar dos jornais se direcionarem normalmente para públicos específicos, a folha de rosto deve ser suficientemente atrativa para atingir um espectro social razoavelmente mais amplo. Além disso, os mecanismos de "sedução" devem se encadear, de forma a atrair o leitor e levá-lo a cometer, primeiro, o ato da aquisição e, em seguida, o da leitura.

Esta forma de produzir uma página, com critérios múltiplos e arbitrados pelo editor, de olho no mercado, choca o historiador, acostumado a trabalhar com arquivos ordenados, temáticas encadeadas, uma racionalidade explícita. Nicolau Sevcenko descreve este espanto do historiador frente a esta folha, que pretende ser o "espelho do mundo", onde

"... aparecem lado a lado a irrupção de uma guerra sangrenta que põe em risco a própria sobrevivência da humanidade, o casamento de uma atriz de TV nacionalmente conhecida, um gol anulado numa disputa entre times locais e um chimpanzé que fugiu do circo e subiu num poste de iluminação".²⁹

Nos jornais pesquisados em Uberlândia encontramos esta mesma projeção multifacetada na primeira página. O jogo da "sedução" é o mesmo, tanto nas capitais como no interior. Mas os instrumentos variam, as temáticas e a linguagem se afunilam nos "pequenos"

²⁹ Op. cit., p. 13.

interesses locais. Sem perder de vista o nacional (e internacional) tem-se uma amplificação do regional: o que está próximo deve saltar mais aos olhos.

Independente da postura política ou de seus compromissos com o mercado, o jornal precisa, antes de mais nada, chegar às mãos do leitor e ser lido. Sem isto, o periódico não se consolida e não consegue vender seus espaços comerciais. Para alcançar este intento, a página de rosto é fundamental: deve tornar-se o centro da edição. Como nos relembra Matinas Suzuki Jr:

"O editor da primeira página - espaço privilegiado para o qual convergem todos os outros assuntos das demais seções do jornal - monta as peças de um quebra-cabeças imaginário; cada notícia é cuidadosamente confrontada com as demais para saber qual será a sua posição estratégica na disposição do diagrama: o resultado será um encaixe perfeito entre as sinuosidades dos blocos informativos, condensando múltiplos acontecimentos num todo coerente aos olhos do leitor, que assim poderá vislumbrar o jornal como o **espelho do mundo**".³⁰

Pelo destaque que o setor rural ocupa na primeira página dos dois jornais de Uberlândia, podemos inferir que o mesmo é um importante elemento de "sedução" no imaginário do leitor do período, mas também uma boa fonte de lucro para a empresa jornalística, em função do espaço que lhe vende, principalmente nas páginas interiores.

³⁰ Op. cit., p. 9.

7 - A AGRICULTURA NAS PROPAGANDAS DOS JORNAIS

Através dos dados da tabela 3 e 4 verifica-se que a propaganda é um dos veículos mais utilizados, tanto pelo governo quanto pelo setor privado, para promover a chamada modernização rural. No entanto, mais do que os números dos gráficos é importante percebermos a imagem e o conteúdo dessas propagandas que, como havíamos dito anteriormente, além de virem carregadas de uma mensagem modernizante (por exemplo as propagandas da Campanha da Produtividade lançada pelo Governo Federal no segundo semestre de 1970), fazem uso de uma linguagem afirmativa e apelativa ao mesmo tempo, como pode ser visualizado em certas palavras de ordem que essas propagandas trazem como **“Plante que o Governo Garante”** e **“Todo Prestígio ao Lavrador”**.³¹

Nas propagandas 1,2,3 e 4 em anexo, da Campanha de Incentivo à Agricultura feita pelo Governo Federal, podemos ver a presença constante de diversos mecanismos mais conhecidos de estímulo à agricultura, como a administração de preços de alguns produtos, o crédito agrícola tanto à produção como à comercialização, assistência técnica do Sistema ABCAR (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural) , etc. Sobre a política de preços mínimos, Tamás Szmrecsány e Pedro Ramos nos lembram que :

“... o objetivo último deveria ser o de estabilizar a renda do agricultor , através da colocação de seus produtos em condições minimamente compensadoras, seja o Governo a adquiri-la, seja o setor privado. Assim, significa o reconhecimento explícito do inadequado funcionamento dos chamados mecanismos de mercado para uma sustentação e expansão a longo prazo das atividades agrícolas; em outras palavras, ela deveria se constituir - juntamente com uma política de seguro rural - num instrumento de defesa face aos riscos envolvidos naquela produção.”³²

³¹ “Homem Forte do Governo”. CDU. 08/08/71;

“Use Este Adubo”. CDU. 15/08/71;

“Cada Lavrador tem Milhões de Bocas para Alimentar”. CDU. 10/10/71;

“O Futuro Está no Chão”. CDU. 10/10/71.

³² “O Papel das Políticas Governamentais na Modernização da Agricultura Brasileira”. *História & Perspectiva* n.10 p.73.

Quanto ao crédito, cabe enfatizar que se constituiu num poderoso elemento de fomento da produção e também de modernização das práticas agrícolas. Da mesma maneira, já foi devidamente mostrado que tal apoio creditício apresentou características qualitativas bastante conhecidas: discriminação por regiões, por tamanho de estabelecimento, por produtos, o que constituiu-se numa das faces mais visíveis da estratégia de modernização conservadora, desigual, “dolorosa” etc.

Uma outra característica do crédito rural, incentivando a utilização dos chamados “insumos modernos” na agropecuária brasileira, através da incorporação de sementes selecionadas, adubos, inseticidas etc, pode ser visualizada nas propagandas 5 e 6 em anexo, onde percebe-se que uma das preocupações centrais do governo é a baixa produtividade do agro nacional.

Além desses aspectos, merece destaque o crédito de investimento que, em razão da discriminação regional, possibilitou à região do Triângulo Mineiro recursos para imobilizações a longo prazo, tais como a eletrificação rural, o armazenamento / estocagem e os destinados à proteção do solo, como podemos perceber nas propagandas 7, 8 e 9 em anexo. Através dessas propagandas nota-se que o Triângulo Mineiro acaba por ilustrar o caráter extremamente seletivo no processo de tecnificação da agricultura, a partir do apoio creditício.

Sobre este aspecto deve-se retornar à influência de alguns políticos da região, que na época ocupavam cargos de representatividade tanto estadual quanto federal, o que constituiu fator de fundamental importância para o aprofundamento do processo. Como já havíamos apontado anteriormente, acreditamos que a modernização da agricultura regional, deve ser pensada vinculada ao empenho desses políticos que tiveram importância fundamental para a agilização do processo no Triângulo Mineiro.

Um exemplo claro do que acabamos de dizer pode ser visualizado através da propaganda 10, em anexo, que mostra a assinatura do contrato de fornecimento de 50 tratores FIAT AD-7B, à CAMIG, celebrado por ocasião da XIV Bienal Agropecuária de Uberlândia, firmado pelo Governador Rondon Pacheco, “filho” de Uberlândia; pelo Presidente da CAMIG (Companhia Agrícola de Minas Gerais) Dr. Amaury de Melo, “filho” de Uberlândia; e que contou com a presença de autoridades como Alysson Paulinelli, Secretário da Agricultura de Minas Gerais

e futuro Ministro da Agricultura; Dr. Fernando R. Reis, Secretário da Fazenda; Virgílio Galassi, Prefeito de Uberlândia e ex-Diretor do INDA, além de outras autoridades.

Portanto, deve ser ressaltada a importância que foi dada à propaganda enquanto veículo utilizado pelo governo para a modernização rural. E isto pode ser detectado por exemplo, através da Campanha Contra a Febre Aftosa lançada pelo Ministério da Agricultura, juntamente com a Secretaria da Agricultura de Minas Gerais.

Com o lançamento desta Campanha vemos delineado o triplice objetivo da estratégia governamental: controlar e erradicar a doença; aumentar a produtividade; e conquistar novos mercados internacionais para a carne bovina. E entre os vários dispositivos usados para execução desta estratégia merece destaque a propaganda, não só pelo elevado número de vezes em que aparece nos jornais, mas também pelo conteúdo que traz. Assim, torna-se importante observarmos as propagandas 11 e 12 em anexo, sobre a Campanha. Nelas podemos perceber, num primeiro momento, que suas imagens vêm carregadas de uma mensagem modernizante: por um lado, associa-se a imagem do benzedor a uma idéia de atraso e até mesmo de responsabilidade pela propagação dessa zoonose; por outro, coloca-se a vacina como única alternativa de combate à febre aftosa. Num segundo momento, devemos voltar nossa atenção para os textos das propagandas que, além de sobrelevar o papel da ciência e do lucro, utilizam uma linguagem apelativa e afirmativa como nas frases : **“Combata a Aftosa”** e **“Vacinar é Investir”**. Em uma questão, no entanto, ambas as propagandas se aproximam a busca da modernização do setor rural. .

Assim, podemos ver por meio das propagandas sobre a agropecuária que o governo traz em seus objetivos a premissa da continuidade do desenvolvimento econômico, procurando sanar as falhas que o possam inviabilizar e criando incentivos para o crescimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, deve ser observado que o processo de modernização da agropecuária brasileira, que ocorre nas décadas de 60 e 70, pode ser detectado com bastante intensidade no Triângulo Mineiro, a partir da análise dos jornais nos anos pesquisados. A grande incidência de reportagens, artigos, propagandas, etc, relativos ao tema, bem como o espaço ocupado, permite afirmar que o processo foi bastante profundo - e noticiado - ainda que os informativos consigam dar conta de apenas uma parte da realidade. De qualquer forma, os indícios deixados nos jornais permitem rastrear nuances do processo ainda não totalmente dimensionados pelos pesquisadores da área, como a utilização de artigos científicos, assinados por técnicos ligados ao setor, intensa propaganda, etc. Ao lado da observação quantitativa estes dados podem oferecer um novo viés para se discutir os problemas agrários no período.

Julgamos, portanto, ainda que de forma incipiente, haver demonstrado a importância de se incorporar a análise de jornais de forma mais decisiva na composição da História da Agricultura brasileira, tanto na condição de fonte "numérica" quanto "não estruturalmente numérica", da análise quantitativa e qualitativa conjugadas, definindo-se categorias que auxiliem na abertura de novas frentes de indagações.

Metodologicamente, contudo, alguns desdobramentos se impõem. O primeiro é de que se deve observar, sempre que possível, o ciclo completo de análise, completando-se as séries. Neste caso específico, o horizonte deve ser estendido até meados da década de oitenta, quando se completa o ciclo político-militar e é possível, também, avaliar-se as consequências do esgotamento do modelo modernizador implementado em meados dos anos sessenta.

O segundo é uma definição mais clara das categorias a serem utilizadas no levantamento e processamento dos dados, principalmente em termos de áreas e produtos, o que só pode ser feito no correr ou ao final da pesquisa, uma vez que as projeções iniciais sempre se apresentam insuficientes para conter o concreto. De qualquer forma, é a partir dessas indagações projetadas nas categorias que será possível encontrar novas ou diferentes respostas sobre o tema.

Terceiro, será preciso uma correlação histórica dos dados relativos ao setor rural - em termos qualitativos e quantitativos - com a realidade político-econômica, tanto da região quanto do país. Existe contemporaneidade entre as medidas de política tomadas pelo governo central e sua repercussão na região? O regional é um espelho do geral, ou há variações? Por enquanto, estes dados ainda não estão definidos mas algumas respostas se delineiam: temas "proibidos" no período Médici, como a reforma agrária, também quase inexistem no noticiário local; há uma resposta da produção, por exemplo, na super safra que se espera para 1972 em função principalmente da "campanha da produtividade" lançada pelo governo no segundo semestre de 1971; e, em certos casos, como o do posicionamento da imprensa "assinada" e técnica a favor da modernização, o regional parece tomar a dianteira do processo.

Da mesma forma, é preciso aproximar o processo de modernização do perfil da elite político-econômica da região, procedendo-se a uma análise histórica de personagens, projetos e fatos. Para se ter uma idéia da riqueza desta correlação, da proximidade entre poder rural e poder político, basta lembrar que nos últimos 24 anos, de 1972 a 1996, dois ex-presidentes do Sindicato Rural ocuparam a prefeitura de Uberlândia (um por três vezes), totalizando 14 anos de poder, e um terceiro ex-presidente reelegeu-se em 1994 para deputado federal. Também a nível estadual esta análise é importante, pois é preciso não esquecer que o governador de Minas Gerais escolhido por Médici em 1970 é Rondon Pacheco, filho de Uberlândia.

Em quarto lugar, deve-se proceder a uma separação da análise entre primeiro semestre, quando a temática está mais voltada para a colheita, armazenamento e comercialização dos produtos rurais, e segundo semestre, quando a discussão se concentra principalmente no plantio, tipos de produtos estimulados, uso de fertilizantes, defensivos, etc. Esta periodização deve ser observada com cuidado na análise dos jornais e pode ser detectada, inclusive, através do conteúdo das propagandas.

Em quinto, pode ser importante observar com cuidado a primeira página dos jornais, buscando-se perceber a importância do setor e a forma como o mesmo é apresentado aos leitores, para o que a página de rosto de qualquer informativo assume grande significação.

Por último, mas não menos importante, deve-se procurar observar, a nível regional, o ritmo e a extensão da diversificação e da integração da produção rural com o setor industrial.

Tipos de produtos, voltados para o mercado interno ou externo, para a indústria ou para o consumo direto, presença da agroindústria, utilização de insumos modernos, etc são indicadores fundamentais para a análise.

Todos estes elementos encontram-se nos jornais: nosso trabalho está sendo o de fazê-los vir à luz e confrontá-los com a bibliografia e os indicadores já existentes.

Anexos

Propaganda - 01



HOMEM FORTE DO GOVERNO.

A palavra de ordem do Governo é esta: todo prestígio ao lavrador.
Não existe progresso sem uma agricultura forte.
O Governo está oferecendo crédito ao produtor agrícola. Em qualquer agência do Banco do Brasil e nos bancos particulares ele pode usar seu crédito. A juros baixos e prazos tranquilos.
O Governo oferece assistência técnica.
Os postos do sistema ABCAR, os técnicos do Ministério da Agricultura e das Secretarias da Agricultura, casas da lavoura, cooperativas, todos estão à disposição do homem que planta e colhe.
O Governo oferece armazenamento, orienta a comercialização.
Estão estabelecidos preços mínimos para algodão, milho, feijão, arroz, soja, amendoim, farinha de mandioca e mamona.
Assim, o lavrador pode negociar com paz.
Conseguir ofertas maiores pela safra.
Mas nunca menores do que o preço oferecido pelo Governo.
Esta é a hora do lavrador.
A hora de plantar, mais e melhor.

PLANTE, QUE O GOVERNO GARANTE

Fonte: Jornal Correio de Uberlândia, 08/08/71, p. 07.

Texto da Propaganda:

A palavra de ordem do governo é esta: todo prestígio ao lavrador.
Não existe progresso sem uma agricultura forte.
O Governo está oferecendo crédito ao produtor agrícola. Em qualquer agência do Banco do Brasil e nos bancos particulares ele pode usar seu crédito. A juros baixos e prazos tranquilos. O Governo oferece assistência técnica.
Os postos do Sistema ABCAR, os técnicos do Ministério da Agricultura e das Secretarias da Agricultura, casas da lavoura, cooperativas, todos estão à disposição do homem que planta e colhe.
O Governo oferece armazenamento e orienta a comercialização.
Estão estabelecidos preços mínimos para algodão, milho, feijão, arroz, soja, amendoim, farinha de mandioca e mamona. Assim, o lavrador pode negociar em paz.
Conseguir ofertas maiores pela safra. Mas nunca menores do que o preço oferecido pelo Governo.
Esta é a hora do lavrador. A hora de plantar, mais e melhor.

PLANTE, QUE O GOVERNO GARANTE

USE ÊSTE ADUBO.



Dinheiro.
Nada melhor para fortalecer a sua lavoura. Para modernizar o plantio. Para favorecer a colheita.
Esta é a hora do lavrador.
Quem planta e colhe tem direito a usar o dinheiro do Governo.
Dirija-se a qualquer agência do Banco do Brasil. Ou a qualquer banco particular.

Use o seu crédito a juros baixos.
Para a aquisição de adubo, sementes selecionadas, corretivos de solo, máquinas e implementos de toda espécie.
A palavra de ordem do Governo é esta: todo prestígio ao lavrador.
Use o dinheiro do Governo.
Plante mais.
Plante melhor.



**PLANTE
QUE O GOVERNO
GARANTE**

Fonte: Jornal Correio de Uberlândia, 15/08/71, p. 03.

Texto da Propaganda

Dinheiro.
Nada melhor para fortalecer a sua lavoura.
Para modernizar o plantio.
Para favorecer a colheita.
Esta é a hora do lavrador.
Quem planta e colhe tem direito a usar o dinheiro do Governo.
Dirija-se a qualquer agência do Banco do Brasil. Ou a qualquer banco particular.

Use o seu crédito a juros baixos
Para aquisição de adubo,
sementes selecionadas, corretivos de solo, máquinas e
implementos de toda espécie.
A palavra de ordem do Governo é esta: todo prestígio ao lavrador.
Use o dinheiro do Governo.
Plante mais.
Plante melhor.

PLANTE, QUE O GOVERNO GARANTE.

Propaganda - 03

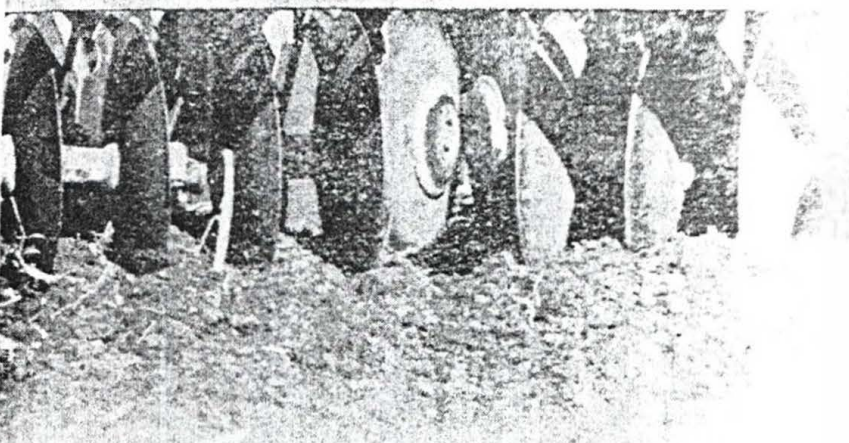
CADA LAVRADOR BRASILEIRO TEM 3 BILHÕES DE BÔCAS PARA ALIMENTAR.

Três bilhões de bocas.
O mundo quer consumir.
O Brasil vai exportar.
A palavra de ordem do Governo é estar
todo prestígio ao lavrador.
Sem uma agricultura forte não existe desenvolvimento.
O homem da cidade está torcendo por
você, pelo aumento
da produção, e da
produtividade agrícola.
Você tem o preço mínimo,
uma arma de defesa contra
a oferta injusta.
Você tem assistência técnica gratuita
em qualquer pólo do Ministério da
Agricultura ou do sistema ABCAR.
Utilize o crédito agrícola.
Os financiamentos para a aquisição
do adubo, inseticida, sementes
selecionadas, máquinas.
O Banco do Brasil e toda a rede
bancária particular estão a seu serviço.
Use o seu crédito.
Plante mais.
Plante melhor.


**PLANTE
QUE O GOVERNO
GARANTE**

Fonte: Jornal Correio de Uberlândia, 10/10/71, p. 07.

Propaganda - 04



o futuro está no chão

Cuide com carinho do seu chão. Plante.
Da terra nasce a riqueza. Prepare a terra com
amor. Quanto mais amor, mais lucro.

Plante.

O Governo está convocando todos os agricul-
tores para aumentar a produção.

Acaricie seu chão com um trator. Em troca,
ele produzirá em dobro.

O Governo financia, com juros reduzidos e a
longo prazo, a aquisição de implementos agrícolas.

Alimente a terra. Com fertilizantes. Com mudas
e sementes selecionadas.

O Governo também lhe oferece crédito para isso.

Plante.

Existem 90 milhões de brasileiros para consumir

a sua produção. Não se contente. Também existe

o mercado exterior, que o Brasil quer conquistar.

Participe dessa conquista. Isso dá dinheiro.

A riqueza está no chão.
Plante.

Fonte: Jornal Correio de Uberlândia, 10/10/71, p. 07.

Texto da Propaganda:

Cuide com carinho do seu chão. Plante.

Da terra nasce a riqueza. Prepare a terra com
amor. Quanto mais amor, mais lucro.

Plante.

O Governo está convocando todos os agricul-
tores para aumentar a produção.

Acaricie seu chão com um trator. Em troca,
ele produzirá em dobro.

O Governo financia, com juros reduzidos e a
longo prazo, a aquisição de implementos agrícolas.

Alimente a terra. Com fertilizantes. Com mudas
e sementes selecionadas.

O Governo também lhe oferece crédito para isso.

Plante.

Existem 90 milhões de brasileiros para consumir

a sua produção. Não se contente. Também existe

o mercado exterior, que o Brasil quer conquistar.

Participe dessa conquista. Isso dá dinheiro.

A riqueza está no chão.

Plante.

A SAFRA VAI À RAIZ DE SEUS NEGÓCIOS.

porque é lá que eles co-
meçam.

a raiz absorvendo o adu-
bo correto, bem aplicado.
plantação forte, grandes
frutos, enormes lucros.
a safra orienta, dá assis-
tência técnica gratuita,
combate pragas com

inseticidas de grande
poder e mantém sempre
uma completa linha de
produtos agro-pecuarios.
fale c/ a safra, mesmo
antes de arar a terra.
c/ a safra na raiz de seus
negócios, sobra tempo
prá contar dinheiro.

...se sobra!

decim-ib prlo



PRODUTOS AGRO PECUARIOS

MATRIZ: Av. Vasconcelos Costa, 428 - fone 4-3840 - UBERLÂNDIA - MG
FILIAL: r. 13, nº 6 - STA. HELENA DE GOIÁS - GO.

Propaganda - 06

não perca
tempo com
experiências

aplique
o formicida
granulado
recomendado
pelo governo



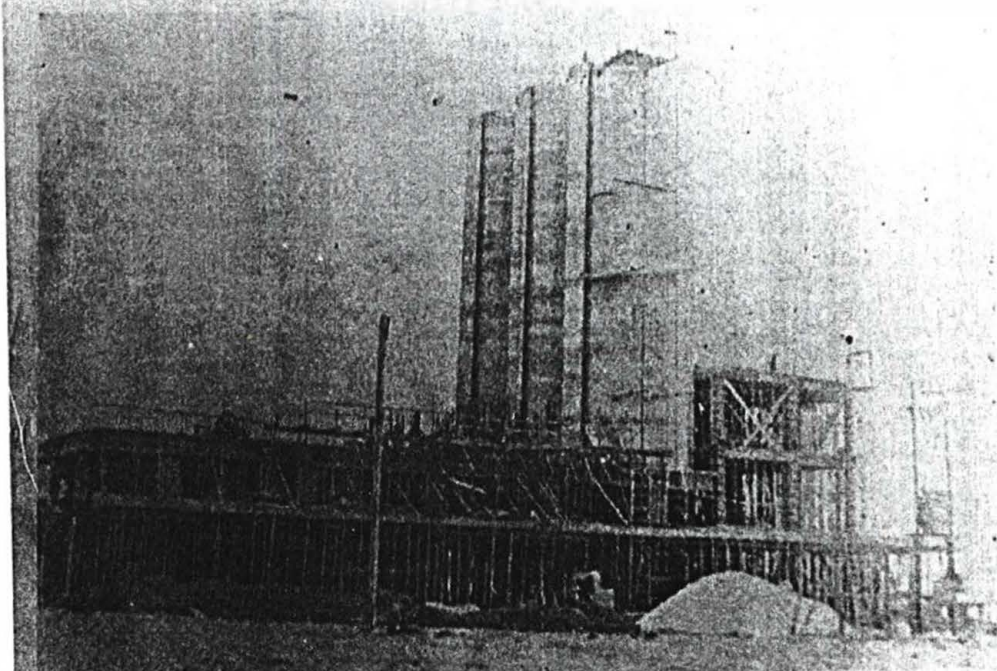
PHILIPS DUPHAR S.A.



Fonte: Jornal Correio de Uberlândia, 07/06/70, p. 05.

Propaganda - 07

O Silão da CASEMG na CI

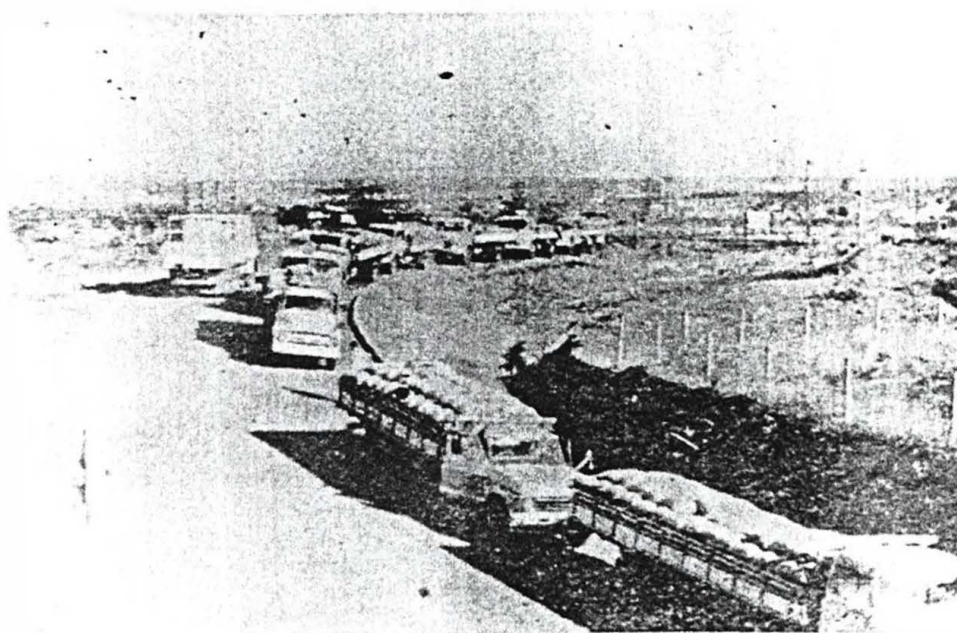


A maior unidade da Cidade-Industrial de Uberlândia, será o silo-gigante da CASEMG, cujas obras, prosseguem, embora em ritmo mais lento, utilizando menos trabalhadores. Um investimento de Cr\$ 800.000,00 já foi feito para a construção chegar até ao atual estado. Estão prontas três células, faltando ainda 12.

Espera-se, para breve, o retorno ao ritmo dinâmico de trabalho na Cidade-Industrial da CASEMG na Cidade-Industrial, o que será possível quando da liberação dos recursos da Secretaria da Fazenda de Minas Gerais. — (Foto: Domingos).

Fonte: Jornal Correio de Uberlândia, 01/10/71, p. 01.

Propaganda - 08



OS CAMINHÕES COM 150 SACAS DE ARROZ CADA UM CHEGAM DIARIAMENTE EM GRANDES FILAS, NA PAISAGEM DA GRANDEZA DE UBERLÂNDIA, CENTRO DE IRRADIAÇÃO DE RIQUEZAS.

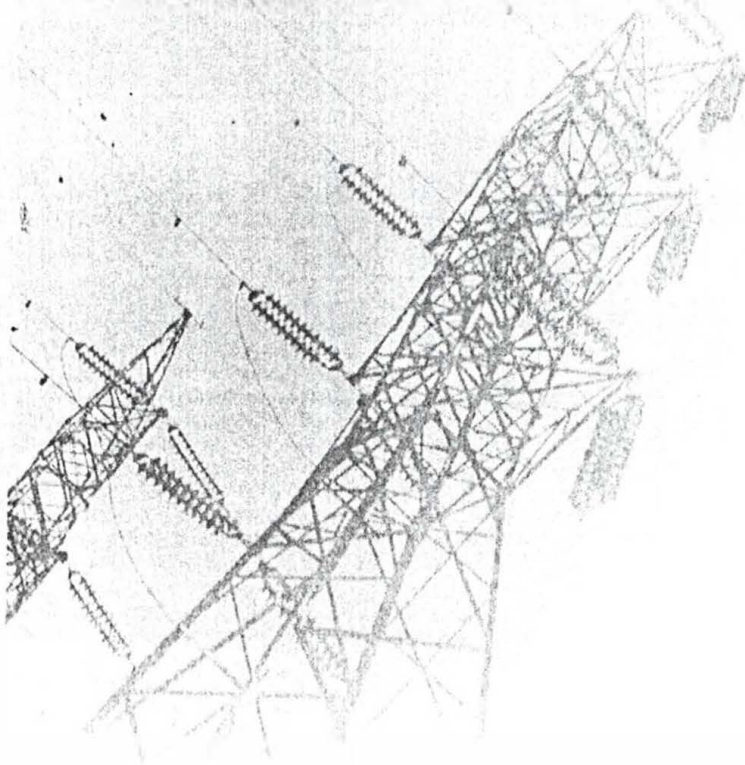
Fonte: **Jornal Correio de Uberlândia**, 01/05/71, p. 01.

Texto da Propaganda:

Os Caminhões com 150 sacas de arroz cada um chegam diariamente em grandes filas, na paisagem da grandeza de Uberlândia, centro de irradiação de riquezas.

Propaganda - 09

Minas vive a fase mais eletrizante de sua história.



Fonte: Jornal Correio de Uberlândia, 19/12/71, p. 05

Parte do Texto:

4 mil fazendas receberam energia elétrica através da ERMIG.

COM AS NOVAS PATRULHAS DA "CAMIG"
MINAS NÃO TRABALHA SÓ EM SILÊNCIO

FIAT



Assinatura do contrato de fornecimento de 50 Tratores FIAT AD-7B, de fabricação nacional, à CAMIG, com financiamento FINAME-COFIMIG -celebrado por ocasião da XIV Bienal de Uberlândia- firmado pelo Governador Rondon Pacheco, Dr. Amaury de Melo, Presidente da Companhia Agrícola de Minas Gerais; Dr. Célio Rubens Belizário, Presidente da COFIMIG; Dr. Waldemar Arvers, pela FIAT. O ato oficial contou com a presença dos Srs. Professor Alysson Paulinelli, Secretário da Agricultura; Dr. Fernando R. Reis, Secretário da Fazenda; Dr. Virgílio Galassi, Prefeito de Uberlândia e Dr. Dilson de Souza Camargos, Diretor da COFIMIG, além de outras autoridades.

São, inicialmente, 50 Tratores AD-7B
de fabricação nacional e 10 AD-14

Tratores Fiat do Brasil S. A.
Fábrica das Minas Gerais

Fonte: Jornal Correio de Uberlândia, 15/10/71, p. 04.

Texto da Propaganda:

Assinatura do contrato de fornecimento de 50 tratores FIAT AD-7B, de fabricação nacional à CAMIG, com financiamento FINAME-COFIMIG -celebrado por ocasião da XIV Bienal de Uberlândia- firmado pelo Governador Rondon Pacheco, Dr. Amaury de Melo, Presidente da Companhia Agrícola de Minas Gerais; Dr. Célio Rubens Belizário, Presidente da COFIMIG; Dr. Waldemar Arvers, pela FIAT. O ato oficial contou com a presença dos Srs. Professor Alysson Paulinelli, Secretário da Agricultura; Dr. Fernando R. Reis, Secretário da Fazenda; Dr. Virgílio Galassi, Prefeito de Uberlândia e Dr. Dilson de Souza Camargos, Diretor da COFIMIG, além de outras autoridades.

Propaganda - 11

ERA
UMA
VEZ
O
BENZEDOR



Gente, vamos arrumar um verdadeiro trabalho para o benzedor. Afinal de contas, ele, também, é filho de Deus. Se for muito velho, merece uma aposentadoria. Desde que não mexa com o gado. Esta é a melhor prova de amor ao seu rebanho, pois a aftosa se combate, mesmo, é com vacina.

VACINAR É INVESTIR



PLANO NACIONAL DE COMBATE À FEBRE AFTOSA
1.ª ETAPA DE VACINAÇÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SECRETARIA DA AGRICULTURA - MG

Fonte: Jornal Correio de Uberlândia, 11/11/71, p. 05.

Texto da Propaganda:

ERA UMA VEZ O BENZEDOR

Gente, vamos arrumar um verdadeiro trabalho para o benzedor.

Afinal de contas, ele, também, é filho de Deus.

Se for muito velho, merece uma aposentadoria.

Desde que não mexa com o gado. Esta é a melhor prova de amor ao seu rebanho, pois a aftosa se combate, mesmo, é com vacina.

VACINAR É INVESTIR

Propaganda - 12

VACINAR.
RE-VACINAR.
VACINAR SEMPRE:
EIS O MILAGRE DE UM REBANHO SADIO!

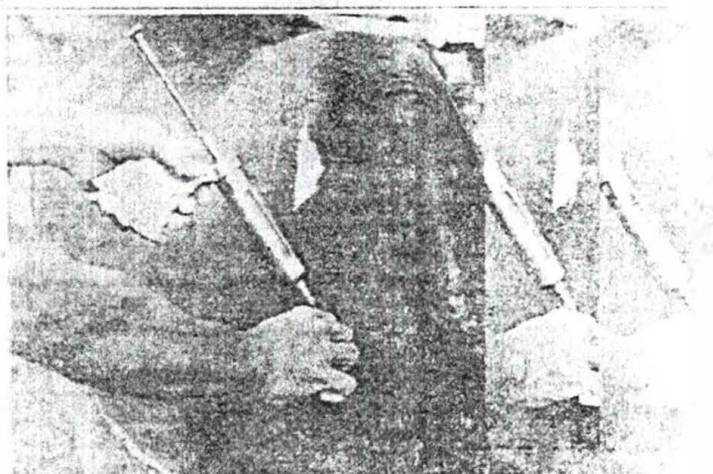
Aliás, aqui pra nós, não há milagre nenhum.
Se você usa vacina de quatro em quatro meses,
seu rebanho cada vez melhora mais.
A criação vive, cresce, engorda e se multiplica.
É que beleza para os olhos e para o bolso, é um rebanho sadio.

COMBATA A AFTOSA! VACINAR É INVESTIR!



PLANO NACIONAL DE COMBATE À FEBRE AFTOSA

1.ª ETAPA DE VACINAÇÃO DO TRIÂNGULO MINIST.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SECRETARIA DA AGRICULTURA - MG

Fonte: Jornal Correio de Uberlândia, 18/11/71, p. 05.

Texto da Propaganda:

VACINAR. RE-VACINAR. VACINAR SEMPRE: EIS O MILAGRE DE UM REBANHO SADIO!

Aliás, aqui pra nós, não há milagre nenhum.
Se você usa vacina de quatro em quatro meses,
seu rebanho cada vez melhora mais.
A criação vive, cresce, engorda e se multiplica.
É que beleza para os olhos e para o bolso, é um rebanho sadio.

COMBATA A AFTOSA! VACINAR É INVESTIR!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAPELATO, Maria Helena R. **Imprensa e História do Brasil**, São Paulo, Contexto, EDUSP, 1988
- CONTIER, Arnaldo D. **Imprensa e Ideologia em São Paulo, 1822-1842**: Matizes do Vocabulário Político SILVA e Social. Petrópolis, Vozes, 1979.
- DINES, Alberto. **O Papel do Jornal**, São Paulos, Summus, 1986
- GONÇALVES, Wenceslau Neto. **Estado e Agricultura no Brasil**: Política Agrícola e Modernização Econômica Brasileira 1960-1980, São Paulo, FFLCH/USP, 1991. (tese de doutorado).
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **A Crise Agrária** 3ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- JORNAL CORREIO DE UBERLÂNDIA. Uberlândia, MG, 1966 a 1971.
- JORNAL TRIBUNA DE MINAS. Uberlândia, MG, 1966 a 1971.
- LINHARES, Maria Yeda & SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História da Agricultura Brasileira**: Combates e Controvérsias, São Paulo, Brasiliense, 1981.
- MÜLLER, Geraldo. "O Poder Econômico no Complexo Agroindustrial e Suas Expectativas Políticas". In: **Anais do Seminário sobre a Agricultura Brasileira nos Anos 90**: Desafios e Perspectivas, Curitiba, UFPR, 1989.
- OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte de. **João Goulart na Imprensa**: De Personalidade a Personagem. São Paulo, Annablume, 1993.
- SILVA, José Graziano da, "A Gestão das Políticas Na Agricultura Brasileira Moderna". In: **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**, Campinas, UNICAMP, 1996.
- SILVA, José Graziano da. "Condicionantes Para Um Novo Modelo Agrário e Agrícola". In: APPY, Bernard et alii, **Crise Brasileira**: Anos Oitenta e Governo Collor, São Paulo, Instituto Cajamar, 1993.
- SORJ, Bernardo. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira**. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.
- SUZUKI, Matinas Jr. "A Maquiagem do Mundo". In: **Primeira Página**, São Paulo, Folha de São Paulo, 1985.
- SZMRECSÁNYI, Tamás. **Pequena História da Agricultura Brasileira**, São Paulo, Contexto, 1990.
- SZMRECSÁNYI, Tamás & RAMOS, Pedro. "O Papel das Políticas Governamentais na Modernização da Agricultura Brasileira". In: **História & Perspectiva** n.10, jan/jun 1994.
- VEYNE, Paul. **Inventário das Diferenças**: História e Sociologia. São Paulo, Brasiliense, 1983.